



## EXPANSÃO E INTERIORIZAÇÃO DO ENSINO FEDERAL NO CEARÁ E SEUS EFEITOS TERRITORIAIS

Rérisson Máximo <sup>1</sup>  
Jonas Pinheiro da Silva <sup>2</sup>

### RESUMO

As políticas educacionais em nível nacional a partir da virada do século XXI tem como característica importante a expansão do ensino federal superior e técnico, que foi baseada em um duplo processo de democratização e interiorização. Esta expansão possibilitou ao setor público recuperar certo protagonismo no atendimento da demanda por aquelas modalidades de ensino. Ao mesmo tempo, ela também gerou impactos significativos, principalmente, para municípios de pequeno e médio portes. Isso ocorreu devido a implantação de complexos educacionais que interferiram na dinâmica e na estrutura intraurbana dessas cidades. Este artigo tem por objetivo analisar aspectos sobre a dimensão territorial do processo de expansão do ensino federal para cidades cearenses não metropolitanas. O texto apresenta resultados de pesquisa<sup>3</sup> que utilizou método misto, mas predominantemente qualitativo. Como recursos metodológicos foram adotados a revisão sistemática de literatura sobre o processo de expansão do ensino federal, a análise de documentos oficiais, a realização de trabalhos de campo e de entrevistas semiestruturadas. Foram realizados estudos exploratórios em municípios selecionados como estudos de caso, notadamente aqueles de porte populacional característico das cidades que passaram a abrigar novos complexos educacionais. Como principais aspectos observados, pode-se apontar o aumento da demanda por mobilidade urbana, em razão do deslocamento para os *campi*, em regra, localizados em áreas distantes da malha urbana adensada; a dinamização do mercado imobiliário local; e a flexibilização da legislação urbanística, que permitiu a inclusão desses novos *campi* em áreas que antes eram consideradas rurais.

**Palavras-chave:** universidades federais, institutos federais, educação, cidades, impactos urbanos.

### ABSTRACT

Educational policies at the national level since the turn of the 21st century have expansion of federal higher and technical education as an important feature. This expansion was based on a double process of democratization and internalization and, as a result, allowed the public sector to regain a certain role in meeting the demand for those types of education. At the same time, it also generated significant impacts, especially for small and medium-sized Brazilian municipalities. This occurred due to the construction of

<sup>1</sup> Docente do Instituto Federal do Ceará (IFCE) *campus* de Quixadá, [rerisson.maximo@ifce.edu.br](mailto:rerisson.maximo@ifce.edu.br).

<sup>2</sup> Discente do curso de Licenciatura em Geografia do Instituto Federal do Ceará *campus* de Quixadá, [jonas.pinheiro.silva04@aluno.ifce.edu.br](mailto:jonas.pinheiro.silva04@aluno.ifce.edu.br).

<sup>3</sup> Pesquisa desenvolvida através de Programa de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) da Pró-reitoria de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação do IFCE.



education campuses that impacted on the dynamics and on the intra-urban structure of those cities. This paper aims to analyze aspects of the territorial dimension related to expansion of federal education to non-metropolitan cities in Ceará. It presents research that used a mixed method, but predominantly qualitative. As methodological resources, we took systematic literature review regarding the expansion of federal education, the analysis of official documents, fieldwork and semi-structured interviews. Exploratory studies were carried out in cities selected as case studies, notably those with a population size characteristic of cities that hosted new educational complexes. As the main aspects observed, one can point out the increase in the demand for urban mobility, due to the education campuses located in areas far from the city center; the dynamization of the local real estate market; and the flexibilization of urban legislation, which allowed the inclusion of these new campuses in areas that were previously considered rural.

**Keywords:** federal universities, federal institutes, education, cities, urban impacts.

## INTRODUÇÃO

A recente expansão do ensino federal superior e técnico que caracteriza as políticas educacionais em nível nacional a partir da virada do século XXI se fundamenta em um duplo processo de democratização e de interiorização. Ao mesmo tempo que o ingresso e a permanência em universidades e institutos federais se tornaram em certos aspectos mais democráticos com a ampliação de vagas, a implementação de cotas sociais e raciais e o fortalecimento das ações de assistência estudantil, também se observou a interiorização daquelas modalidades de ensino, a partir da instalação de novos *campi* universitários, sobretudo em cidades não metropolitanas de pequeno e médio portes.

Dois marcos importantes desse processo são a implementação do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais e a constituição da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, que permitiram a expansão e a interiorização de universidades e de institutos federais. Tal processo possibilitou ao setor público recuperar certo protagonismo no atendimento da demanda por aquelas modalidades de ensino no Brasil, ainda que o ensino superior privado tenha tido um incremento mais significativo. Ao mesmo tempo, representou impactos territoriais nas cidades, principalmente para as não metropolitanas.

Associado à instalação desses novos complexos educacionais dos mais diversos portes e localizados, principalmente, em municípios pequenos e médios; ocorre o aumento da demanda por mobilidade urbana, em razão do necessário deslocamento para



os *campi*, em geral localizados em áreas distantes da malha urbana adensada; e o incremento do mercado imobiliário local, com a construção de novas edificações voltadas para a locação, sobretudo para estudantes, mas também para servidores. Ocorre ainda o aumento do comércio e dos serviços locais com atividades voltadas a esse novo público; e ainda a flexibilização da legislação urbanística, com a ampliação do perímetro urbano e a inclusão desses novos *campi* em áreas anteriormente consideradas rurais, ação que contribui, inclusive, para a implantação de novos loteamentos e condomínios residenciais.

Diante dessa conjuntura, este trabalho apresenta e discute aspectos sobre a dimensão territorial do processo de expansão do ensino federal em municípios cearenses não metropolitanos. Ao realizar tal análise, constata-se que a implantação desses novos *campi* está associada, para além de um maior dinamismo econômico, a impactos na estrutura intraurbana destas cidades. Não se pretende discutir o mérito da política educacional que expandiu o ensino federal, nem tampouco avaliar seus impactos. Busca-se contribuir no debate sobre essa expansão, inserindo o componente territorial, na medida em que se constata uma relativa carência de estudos acerca dos efeitos que a recente do ensino federal causou nas cidades, e mesmo nas regiões, alvos dessas ações.

## REFERENCIAL TEÓRICO

Historicamente, o acesso às instituições federais de ensino ocorreu de forma bastante restrita, com recortes territoriais e de renda. Segundo Corbucci (2014, p. 7), isso poderia ser explicado “*pela implantação tardia de cursos superiores no país, mas também pela natureza e abrangência das políticas e ações voltadas à reversão ou mitigação desta situação*”. Os dados censitários ajudam a reforçar esse argumento. Em 2000, segundo dados do censo demográfico do IBGE, apenas 6,8% da população brasileira com idade igual ou superior a 25 anos possuía ensino superior.

Dados publicados pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico referentes ao ano de 2009 apontam que apenas 11 de cada 100 brasileiros entre 25 e 64 anos possuíam ensino superior completo, ao passo que, nos países-membros daquela organização, esse número seria, em média, de 31% (OCDE, 2012). Dados do Censo de 2010 indicam que apenas 12% dos brasileiros com idade entre 25 e 64 anos completaram algum tipo de educação superior. Tais dados, ao mesmo tempo que mostram



uma curva ascendente do percentual de brasileiros com diploma universitário, também revelam sua reduzida ordem de grandeza quando comparado com o universo da população nacional. Cenário semelhante, predominantemente restritivo, ocorre com o acesso ao ensino técnico e tecnológico.

Contudo, esse quadro sofreu alterações significativas diante de políticas públicas no setor educacional implantadas a partir da primeira década deste século pelo governo federal. Ocorreram mudanças importantes, principalmente, no âmbito da educação superior e no ensino técnico e tecnológico. Tais mudanças estão associadas aos já referidos processos de democratização e interiorização que caracterizam a expansão do ensino federal. A partir de meados da primeira década do século XXI, já no governo Lula, implantaram-se políticas e programas que, quando comparados às ações de reestruturação da educação empreendida no governo anterior, ora tenderam à continuidade - como o Programa Universidade para Todos (2005), e o Fundo de Financiamento Estudantil (2010), ora tenderam a inovações.

Dentre estas se destacam, em sequência temporal, a Universidade Aberta do Brasil (UAB), de 2006; a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT), de 2007; o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), de 2007, que foi subsidiado pelo Plano Nacional de Assistência Estudantil (Pnaes), no mesmo ano, e, pelo Sistema de Seleção Unificada (Sisu), de 2010; e ainda o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), de 2011. Para o escopo deste trabalho, o foco se dá na análise da constituição da RFEPCT e na implementação do Reuni. São estas duas políticas educacionais que viabilizaram a expansão do ensino federal superior e técnico para cidades.

Em 2003 existiam 148 *campi* de universidades federais, montante que foi elevado para 321 em 2014. O resultado dessa interiorização do ensino superior federal foi o crescimento acentuado do número de municípios diretamente atendidos por universidades federais, a partir da construção dos novos *campi* e da oferta de cursos de graduação e demais serviços acadêmicos universitários. Em 2003, apenas 114 municípios possuíam *campus* universitário. Em 2014, esse número se elevou para 289 municípios.

A interiorização também ocorre com os institutos federais. De acordo com um relatório de um dos principais órgãos de controle da administração pública (TCU, 2012), até 2012 cerca de 85% dos *campi* dos institutos federais estavam localizados fora das capitais. Outro dado que reforça essa constatação é que, dos mais de 300 *campi* existentes



naquele ano, 176 estavam localizados em municípios com menos de 50 mil habitantes, e destes, 45 em municípios com população inferior a 20 mil moradores. A expansão da RFEPCCT teve duas direções principais: ampliação do número de vagas e infraestrutura das escolas preexistentes com a construção de novos *campi* nas regiões metropolitanas, mas também a interiorização dos institutos federais, visando ocupar lugares de maior carência socioeconômica (TCU, 2012, p. 8).

Diante dessa expansão do ensino federal rumo ao interior, a implantação de novos *campi* impacta, em diferentes aspectos, a vida em cidades não metropolitanas. Holanda e Freire (2021, p. 40557) argumentam que “*a interiorização do ensino superior é um elemento importante que altera e redefine a dinâmica dos lugares*”. Diversos estudos e estudiosos tem se dedicado a analisar tais impactos decorrentes da interiorização do ensino federal e as mudanças nas cidades. Oliveira Jr. (2014) indica que universidades se constituem enquanto vetores de desenvolvimento regional. Souza et al. (2014) apontam correlação positiva entre o acesso à educação superior e o índice de desenvolvimento humano municipal (IDH-M). Caldarelli, Camara e Perdigão (2015) destacam a geração de emprego e renda como associada à implantação de *campi* universitários e a importância da interiorização para o desenvolvimento local das regiões impactadas, os municípios mais pobres. Stroparo e Miguel (2017) indicam que cidades do interior paranaense que receberam *campus* de universidade se converteram em polos regionais de desenvolvimento. Há, contudo, uma relativa carência no estudo dos efeitos territoriais destas políticas educacionais, recorte temático que este trabalho pretende contribuir.

## **METODOLOGIA**

Para elaboração desta pesquisa foi adotado, como recursos metodológicos iniciais, a pesquisa bibliográfica e a revisão sistemática de literatura, buscando identificar os estudos e os estudiosos que tem se dedicado a analisar a expansão e a interiorização do ensino federal, sob diferentes recortes temáticos, mas com ênfase nos impactos urbanos decorrentes desse (ou associados a esse) processo. Também foi realizada pesquisa documental, sendo coletados e sistematizados relatórios e outras publicações institucionais que tratam da expansão de universidades decorrentes do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais e de institutos via Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.



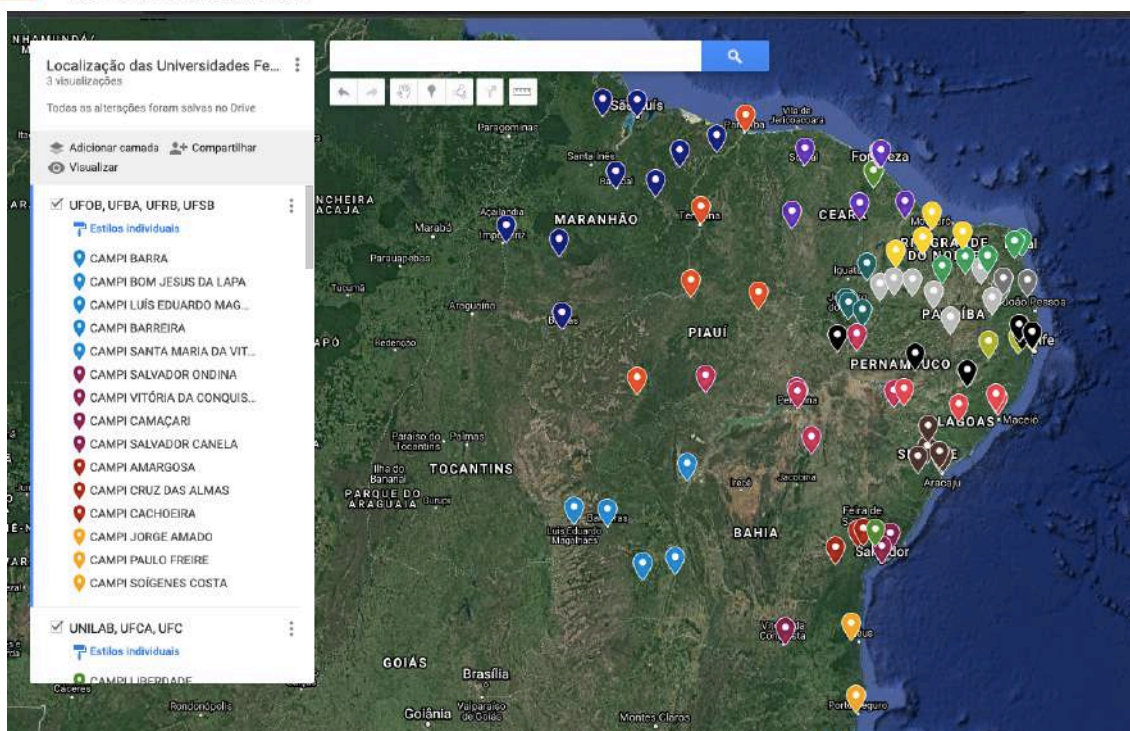
Foi realizada ainda a coleta e sistematização de dados secundários sobre as instituições federais de ensino, junto às próprias instituições via Lei de Acesso à Informação; e ainda de dados secundários, principalmente bases de dados censitárias. Estes dados têm sido tabulados e inseridos em aplicativo de geoprocessamento para espacialização do processo de interiorização. Ademais foram realizados trabalhos de campo de caráter exploratório em duas cidades cearenses, escolhidas como estudos de caso, como forma de exemplificar ou enfatizar processos descritos como possíveis de serem observados em outras cidades impactadas com a expansão do ensino federal.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise sobre a expansão do ensino federal no Nordeste, e especificamente no Ceará, permite constatar o processo de expansão e interiorização, discutido anteriormente. As figuras 1 e 2 indicam a distribuição territorial de todos os *campi* de Institutos e Universidade Federais existente atualmente naquela região. Os mapas apresentam *campi* já instalados antes do processo de expansão e interiorização, mas também os novos complexos educacionais construídos a partir da segunda metade da primeira década do século XXI. Um olhar sobre essa distribuição permite constatar como pequenas e médias cidades não metropolitanas passaram a contar ou estarem próximas a um *campus* de uma instituição federal de ensino.

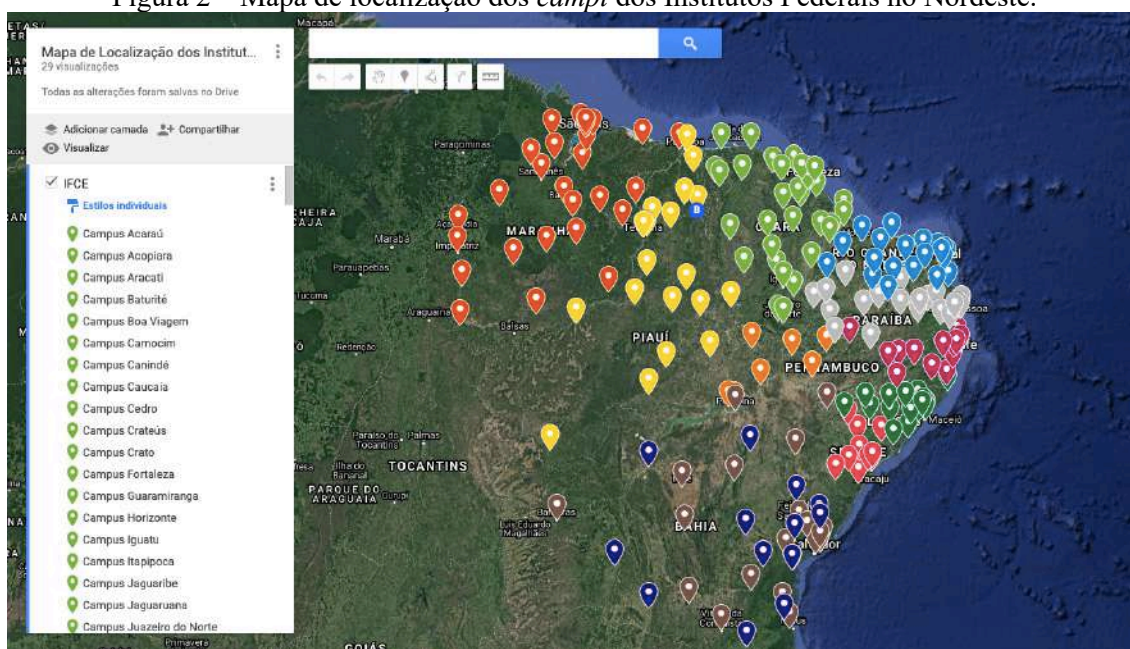
Um olhar mais apurado para o Ceará, permite constatar tal processo com a indicação quantitativa desse processo de expansão. Com o Reuni, foram construídos 11 novos *campi* de universidades federais: 3 da UFC, 3 da Unilab e 5 da UFCA. Isso permitiu uma significativa interiorização do ensino superior federal, já que até 2003 a UFC era a única instituição federal de ensino superior e possuía *campi* apenas na capital; daí, inclusive, a importância das universidades estaduais. Com aqueles novos *campi*, as universidades federais passaram a estar presentes em 8 das 14 atuais macrorregiões estaduais, mas apenas em 9 das 33 microrregiões cearenses definidas pelo IBGE. Atualmente, o ensino superior federal está presente em 12 dos 184 municípios cearenses. Do total de 14 *campi* universitários, 11 estão localizados em cidades com mais de 50 mil habitantes e apenas 4 foram implantados em cidades não metropolitanas.

Figura 1 – Mapa de localização dos *campi* das Universidades Federais no Nordeste.



Fonte: elaboração própria.

Figura 2 – Mapa de localização dos *campi* dos Institutos Federais no Nordeste.



Fonte: elaboração própria.

Já o ensino técnico federal estava restrito, até o começo do século XXI, a apenas cinco municípios localizados em apenas duas macrorregiões estaduais. Com a criação do IFCE em 2008 e a ampliação do número de *campi* para nove, essa modalidade de ensino tornou-se presente em sete das oito macrorregiões de então. A partir de 2010, o instituto



passou a estar presente em todas as macrorregiões estaduais. Situação semelhante ocorre se observada a distribuição histórica dos *campi* pelas microrregiões estaduais. Se, até 2007, o ensino técnico federal estava presente em apenas 3 das 33 microrregiões do Estado, com a criação do IFCE em 2008 esse número passou a abranger 20 daquelas unidades de planejamento. Atualmente, o IFCE possui 36 *campi* localizados em 32 municípios. A localização dos novos *campi* seguiu, em regra, a diretriz geral de expansão da rede. Do total de 29 novos complexos educacionais implantados a partir de 2008, 20 deles estão em municípios com população superior a 50 mil habitantes.

Para além do significativo impacto no acesso ao ensino, a implantação dos novos complexos educacionais em cidades cearenses não metropolitanas está associada a alterações no espaço intraurbano. É isso que tem sido observado nos estudos empíricos realizados em algumas das cidades que passaram a contar com um *campus* de universidade ou instituto federal (MÁXIMO, 2020). Ocorre um relativo aumento populacional, ainda que parcialmente sazonal, resultado da atração de alunos e servidores dessas instituições de ensino, que passam a movimentar o setor de comércio e serviços com demandas específicas voltadas para as atividades institucionais ou individuais.

Tal população incrementa também o mercado imobiliário local por meio da procura por terrenos em loteamentos ou por imóveis residenciais para locação. Observa-se ainda o aumento da demanda por mobilidade, seja urbana, para o acesso ao *campus* ou outras atividades cotidianas, seja regional, na medida em que os *campi* passam a atender a estudantes de municípios próximos. Há ainda, por parte desse novo público, impacto nas redes de infraestrutura e nos serviços urbanos. Ademais, decorre uma flexibilização da legislação urbanística associada à localização periférica dos *campi*.

Os novos *campi* universitários de universidades federais e do instituto federal que foram implantados no Ceará no processo de expansão do ensino federal referidos neste texto apresentam uma lógica que predomina no que se refere à sua localização. Apesar de ocorrerem variações quanto à origem do terreno ou da edificação que passaram a ser ocupados pelos equipamentos educacionais ou quanto ao porte dos *campi*, predomina a localização periférica nas cidades que receberam tais instituições. Apenas casos pontuais diferem dessa situação, com a grande maioria dos novos *campi* situando-se distante da malha urbana adensada, por vezes no limite do perímetro urbano ou até mesmo externos a ele.





Essa localização periférica pode ser explicada por algumas razões principais, que têm relação com a origem das terras ocupadas pelas universidades e pelo instituto. Exceção dos *campi* que passaram a ocupar edificações existentes, já inseridas na malha urbana adensada, os terrenos tinham origem estatal, cedidos por um dos três entes federativos, ou foram doados por particulares, normalmente por membros da elite política ou econômica local. Pela necessidade de lotes de grandes dimensões para viabilizar o funcionamento de um *campus* e todas as suas instalações acadêmicas, tanto a cessão estatal quanto a doação particular foram feitas a partir da disponibilidade de terrenos periféricos, vazios ou subutilizados. No caso dos terrenos de origem privada, como é o caso da UFC em Crateús, há um nítido interesse na valorização imobiliária do entorno a partir do funcionamento de um *campus* universitário, conforme será visto adiante.

Tabela 1 – Distância da igreja matriz para o *campus* do IFCE

<i>Campus/Município</i>	Distância (em metros)
Acarauá	1700
Acopiara	1800
Aracati	4500
Baturité	3000
Boa viagem	5700
Camocim	3000
Canindé	5300
Crateús	3000
Guaramiranga	600
Itapipoca	2300
Jaguaribe	2200
Jaguaruana	700
Limoeiro do Norte	550
Mombaça	5600
Morada nova	2200
Paracuru	4200
Quixadá	5200
Sobral	2000
Tabuleiro do norte	2400
Tauá	850
Tianguá	2600
Ubajara	1500
Umirim	1200

Fonte: elaboração própria.

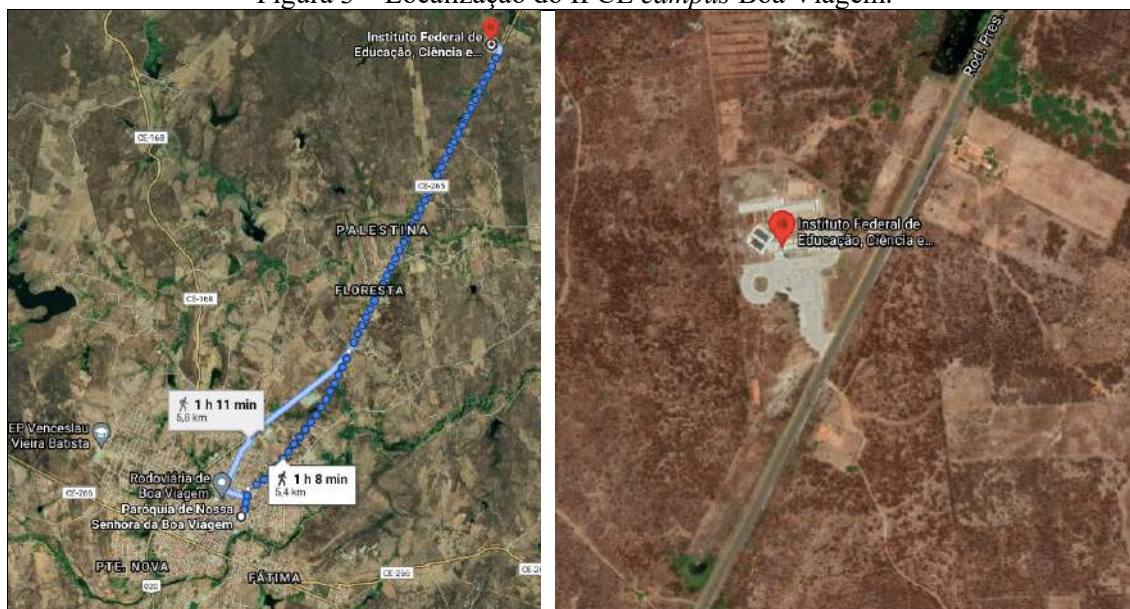
A distância entre os *campi* e Igreja Matriz do município em que está localizado dá uma dimensão do trajeto percorrido cotidianamente por estudantes, servidores e outros sujeitos que fazem parte da comunidade acadêmica destas instituições. Tal mobilidade ocorre de maneira muitas vezes precarizada ou em condições inadequadas por conta da



inexistência de sistema de transporte público em quase todas estas cidades. A Tabela 1 traz dados sobre a referida distância para os novos *campi* do IFCE construídos no processo de expansão em cidades não-metropolitanas.

Pela leitura dos dados, observa-se que – excluindo-se municípios de pequeno porte – o que se tem é uma distância de mais de 3 quilômetros, chegando até 5,7 quilômetros, em Boa Viagem, mostrada na Figura 3. O mesmo fenômeno pode ser observado nos novos *campi* da UFC, instalados em Quixadá, Russas e Crateús. Ou mesmo em novos *campi* do IFCE instalados em cidades metropolitanas, como é o caso de São Gonçalo do Amarante, Horizonte e Maranguape e Maracanaú, todas estas com *campus* localizado em vias ou rodovias de fluxo intenso e distantes do centro da cidade.

Figura 3 – Localização do IFCE *campus* Boa Viagem.

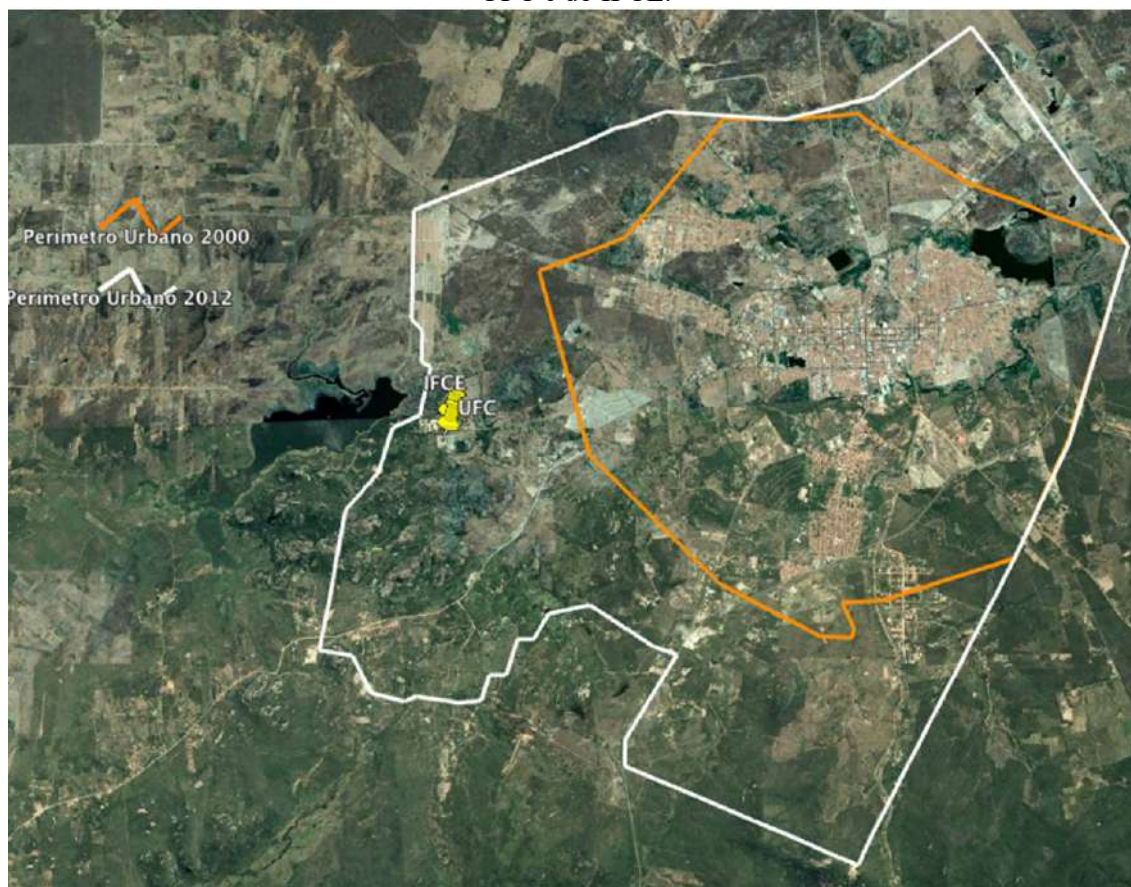


Fonte: elaboração própria.

Observa-se ainda uma flexibilização da legislação urbanística associada à implantação desses novos *campi*. E isso ocorre tanto no sentido de alteração ou desobediência ao zoneamento quanto na ampliação do perímetro urbano legal. Quanto a esse último aspecto, cabe destacar a implantação dos *campi* da UFC e do IFCE em Quixadá. Localizados em terreno pertencente ao Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS), vizinho ao Açude do Cedro, os dois *campi* foram implantados em 2008, com obras de ampliação que se estenderam até recentemente. Pelo zoneamento aprovado com o Plano Diretor de 2000, ainda não revisto, as duas áreas encontravam-se fora do perímetro urbano, sendo consideradas como zona rural. Em 2012, foi aprovada

uma nova Lei do Perímetro Urbano, que passou a englobar o setor no qual foram implantados aqueles complexos educacionais, conforme mostrado na Figura 4.

Figura 4 - Perímetro urbano de Quixadá nos anos de 2000 e 2012 e localização dos *campi* da UFC e do IFCE.



Fonte: Elaborado a partir de foto aérea do Google Earth (2021).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para além do significativo impacto no acesso ao ensino, a implantação desses complexos educacionais está associada a alterações no espaço intraurbano. Conforme visto, ocorre um relativo aumento populacional, ainda que parcialmente sazonal, resultado da atração de alunos e servidores dessas instituições de ensino, que passam a movimentar o setor de comércio e serviços com demandas específicas voltadas para as atividades institucionais ou individuais. Tal população incrementa também o mercado imobiliário local por meio da procura por terrenos em loteamentos ou por imóveis residenciais para locação. Observa-se ainda o aumento da demanda por mobilidade, seja



urbana, para o acesso ao *campus* ou outras atividades cotidianas, seja regional, na medida em que os *campi* passam a atender a estudantes de municípios próximos. Há ainda, por parte desse novo público, impacto nas redes de infraestrutura e nos serviços urbanos. Ademais, decorre uma flexibilização da legislação urbanística associada à localização periférica dos *campi*.

Ao apresentar e discutir aspectos sobre a dimensão territorial do processo de expansão do ensino federal para áreas não metropolitanas, argumenta-se que a implantação desses novos *campi* está associada à alteração da dinâmica e da estrutura intraurbana dessas cidades. Os dois principais estudos de caso trabalhados até agora - as cidades de Crateús e Quixadá - permitiram mostrar esse processo. Tais cidades são representativas da interiorização do ensino federal em cidades cearenses não metropolitanas, por possuírem porte característico dos municípios que passaram a abrigar novos *campi* universitários e ainda por possuírem tanto um *campus* de uma universidade federal quanto um *campus* de um instituto federal. Essa condição permite uma certa aproximação entre a realidade dessas duas cidades, ao mesmo tempo que as tornam emblemáticas do processo que se pretendeu discutir. Caberia aprofundar os estudos e analisar outras cidades, de forma a melhor entender os impactos territoriais das políticas educacionais. Assim, é possível avançar no entendimento sobre os impactos territoriais decorrentes de políticas educacionais, contribuindo no planejamento urbano desses municípios; e elaborar metodologia de coleta e análise de dados sobre os impactos de novos *campi*, possibilitando o estudo em outras cidades.

## REFERÊNCIAS

CALDARELLI, Carlos Eduardo; CAMARA, Marcia Regina Gabardo da; PERDIGÃO, Claudia. **Instituição de ensino superior e desenvolvimento econômico: o caso das universidades estaduais paranaenses**. Planejamento e Política Públicas, IPEA, n. 44, Jan./Jun. 2015. Disponível em: <<http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/4144>>. DOI 10.5752/P.2318-2962.2014v24nespp1.

CORBUCCI, Paulo Roberto. **Evolução do acesso de jovens à educação superior no Brasil**. Texto para Discussão IPEA, n. 1950, 2014. Disponível em: <<http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/3021>>.



Google Earth. **Perímetro urbano de Quixadá, 4°59'20"S, 39°02'46"W, elevação 10665m.** Recuperado em 6 de setembro de 2021, de <https://earth.google.com/web>

MÁXIMO, Rérisson. **Efeitos territoriais de políticas educacionais: a recente expansão e interiorização do ensino federal em cidades não metropolitanas no Ceará.** urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana, v. 12, e20190080, Abr. 2020. DOI 10.1590/2175-3369.012.e20190080.

OLIVEIRA JR, Antonio de. **A universidade como polo de desenvolvimento local/regional.** Caderno de Geografia, v. 24, número especial 1, Jun. 2014.

ORGANISATION FOR ECONOMIC COOPERATION AND DEVELOPMENT – OCDE. **Education at a Glance 2012: OECD indicators.** Paris: OECD Publishing, 2012. Disponível em: <<https://bit.ly/2Oj7SxP>>.

SOUZA, D. L.; CASTRO JÚNIOR, L. G.; FERRUGINI, L.; MEDEIROS, N. C. D. **Acesso à educação superior e desenvolvimento regional: como esses construtos se relacionam?.** Gestão & Regionalidade, v. 30, n. 89, p. 75-87, Mai./Ago. 2014.

STROPARO, Edécio José; MIGUEL, Maria Elisabeth Blanck. **Interiorização da educação universitária paranaense: política de expansão ou real submissão aos desígnios do capital internacional?** Cadernos de História da Educação, v.16, n.2, p. 387-407, Mai./Ago. 2017. DOI: 10.14393/che-v16n2-2017-5.

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO – TCU. **Relatório de auditoria TC 026.062/2011-9.** Brasília: TCU, 2012. Disponível em: <<https://bit.ly/2OUmFgb>>.